



OCUPAÇÃO DOM HELDER EM PAIÇANDU-PR. - VULNERABILIDADE, LUTA E RECONHECIMENTO,

Jaqueline Telma Vercezi ¹

RESUMO

A presente pesquisa traz como proposta a investigação e reflexão sobre fatores sociais, políticos e culturais na realidade da Ocupação Dom Hélder Câmara na cidade de Paíçandu-PR. A discussão está pautada no método do materialismo-histórico-dialético, com o objetivo de compreender símbolos e significados atribuídos ao direito à cidade, e assim, interpretar relações entre o meio, o indivíduo e ambiente construído. A pesquisa considerou a ocupação do Residencial Golden Vile, uma obra inacabada e abandonada há mais de dez anos. A ocupação é composta por duzentas e quarenta e três famílias, com população de um mil e quatrocentas pessoas. A visita in loco possibilitou compreender a estrutura que está posta e os avanços conquistados após um ano e dez meses já passados, considerando a luta que ainda se faz necessária ante a busca da regularização habitacional desta ocupação. Para além da precariedade das edificações, a luta por dignidade, busca da cidadania e direitos básicos pela população da ocupação, tem esbarrado no descaso do poder público local, mas, em contrapartida, tem encontrado apoio da comunidade através de projetos da UEM e da Igreja. Dentro deste contexto, evidencia-se que a ação de reintegração de posse movida pela construtora Cantareira se dissocia da pertinência de um imóvel que a anos não cumpre a sua função social da terra, provocando o seguinte questionamento: de que forma o direito a cidade está sendo viabilizado às comunidades vulnerabilizadas?

Palavras-chave: Ocupação, Vulnerabilidade, Uso social da terra.

ABSTRACT

The present research proposes the investigation and reflection on social, political and cultural factors in the reality of the Dom Hélder Câmara Occupation in the city of Paíçandu-PR. The discussion is based on the method of historical-dialectical materialism, with the objective of understanding symbols and meanings attributed to the right to the city, and thus, interpreting relationships between the environment, the individual and the built environment. The research considered the occupation of the Golden Vile Residential, an unfinished work abandoned for more than ten years. The occupation is composed of two hundred and forty-three families, with a population of one thousand four hundred people. The on-site visit made it possible to understand the structure that is in place and the advances achieved after a year and ten months have passed, considering the struggle that is still necessary in the search for housing regularization of this occupation. In addition to the precariousness of the buildings, the struggle for dignity, search for citizenship and basic rights by the population of the occupation, has come up against the neglect of the local government, but, on the other hand, it has found support from the community through projects of UEM and the Church. Within this context, it is evident that the repossession action filed by the Cantareira construction company dissociates itself from the relevance of a property that has not fulfilled its social function of the land for years, provoking the following question: how is the right to the city being made possible for vulnerable communities?

Keywords: Occupation, Vulnerability, Social use of land.

¹ Professora adjunta do Depto de Geografia da Universidade Estadual de Londrina – jaquercezi@uel.br



1. Introdução

No contexto das décadas mais recentes, as ocupações urbanas emergiram como uma forma significativa de expressão social e política em muitas cidades ao redor do mundo. Essas ocupações frequentemente desafiam as normas tradicionais de propriedade e uso da terra, trazendo à tona questões relacionadas à justiça social, desigualdade do/no espaço urbano e direito à cidade.

Nas palavras de Ermínia Maricato, as ocupações surgem não como fruto de ações subversivas visando confrontar a lei, mas sim como resultante e reflexo de

um processo de urbanização/industrialização baseado em baixos salários e [...] de uma tradição de especulação fundiária alimentada por investimentos públicos regressivos e concentrados, além de uma legislação, cuja forma de aplicação exclui e segrega (Maricato, 2011, p.155-156).

A presente discussão objetiva investigar e refletir sobre as dinâmicas vinculadas às ocupações urbanas, mais especificamente explorar fatores sociais, políticos e culturais na realidade da Ocupação Dom Helder no espaço urbano de Paiçandu-PR.

Esse estudo é significativo e de suma importância porque aborda uma questão contemporânea crucial para o contexto do espaço urbano, mais particularmente da realidade de Paiçandu, considerando que o fenômeno contextualizado aqui é inédito. Até o presente momento não tinha sido contemplada por um processo de ocupação urbana edificada, o único conjunto de edifícios com mais de três andares que havia sido construído, mas com a obra inacabada.

Faz-se necessário esclarecer que o termo “ocupação”, por sua vez, se caracteriza pela posse e apropriação de um imóvel ocioso – abandonado ou vazio – que não está exercendo a função social da propriedade. Assim, “invade-se” um espaço com função e “ocupa-se” um espaço vazio, sem função (Souza e Teixeira, 2009).

É nesse contexto, que o estudo dessa ocupação urbana não apenas oferece reflexões sobre as formas contemporâneas de resistência e mobilização social, mas também lança luz sobre questões mais amplas de justiça socioespacial, direitos humanos e governança urbana. E ainda fomenta questionamentos à forma como o capital atua na ocupação do espaço urbano.

Paiçandu, uma cidade localizada no estado do Paraná, (Figura 01) que segundo o Censo do IBGE de 2022 contemplou 45.962 habitantes, representando um aumento de 27,9% em relação ao Censo de 2010. Um crescimento populacional bastante expressivo para o intervalo de 12 anos, com um grau de urbanização que ultrapassa 98%.



A cidade tem apresentado especificidades em relação às ocupações urbanas nos últimos anos, principalmente pelo rápido e crescente aumento populacional. Segundo a estimativa do IBGE para 2024 o município apresenta um contingente populacional de 48.207 habitantes, ou seja, um aumento de 4,9% em relação aos dados do censo de 2022. Esses dados evidenciam um processo significativo de dinâmica socioeconômica que o município vem apresentando.

Neste sentido, as intervenções políticas atuam na gestão e controle do espaço, sendo este controle determinante para o capital, mas em muitas circunstâncias inoperante para a população segregada. Tais mecanismos atuam para a satisfação dos anseios e as necessidades de parte da sociedade, podendo levar a transformações políticas que influenciam no uso do solo, ou ainda, a mudanças de usos e sua redistribuição. Neste contexto, o que ocorre é a definição do uso do solo pelos organismos de planejamento, instituições municipais, estaduais e federais.

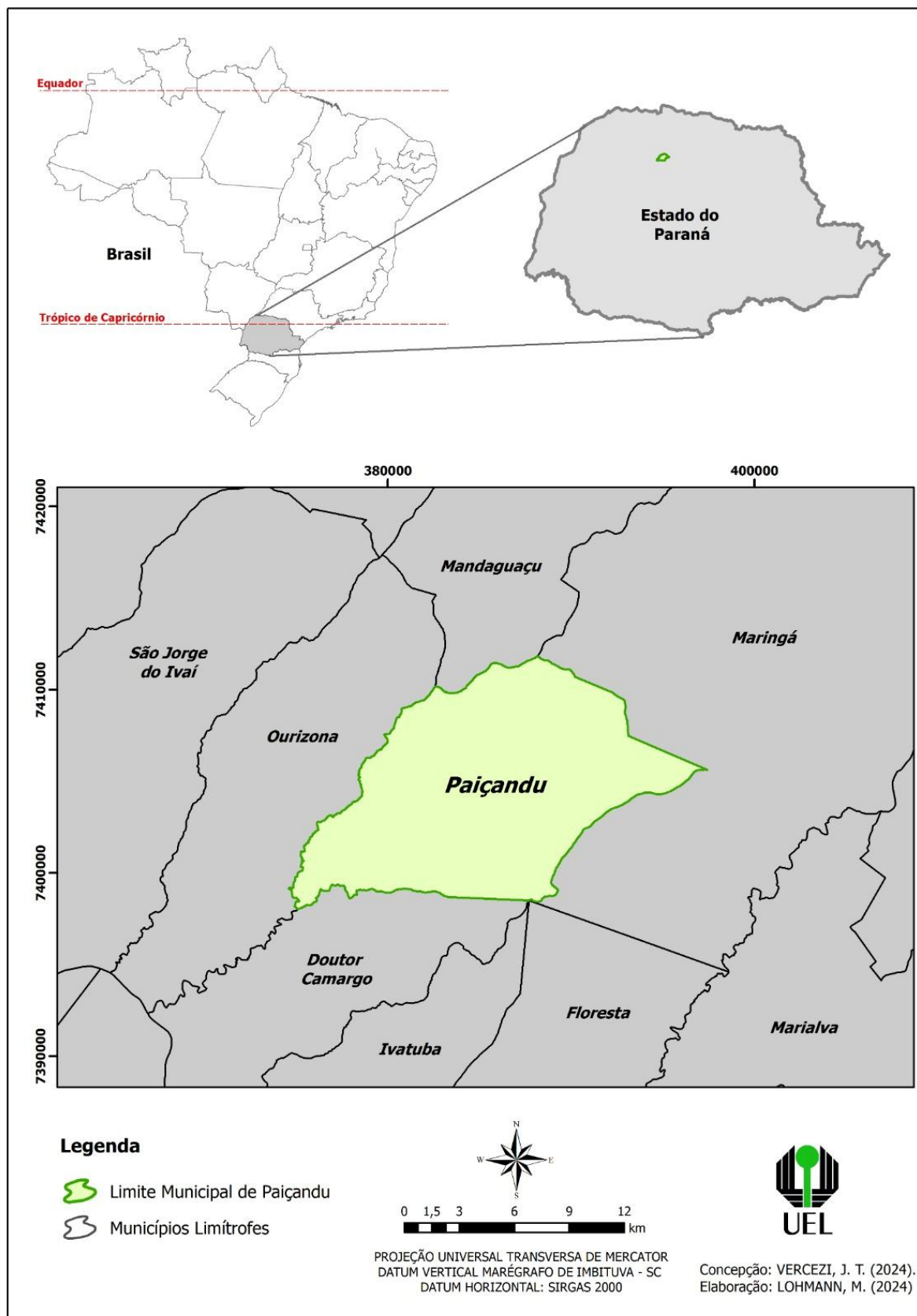
Esse universo implica não apenas em uma relação hierárquica verticalizada entre esses três níveis institucionais e que inclui um conjunto de relações integradas que devem ou ao menos deveriam considerar a população como um todo.

Considerando o recorte espacial em questão, evidencia-se um dinamismo socioeconômico que está atrelado à cidade de Maringá, polo da aglomeração urbana, e que apresenta um espraiamento de dinâmicas para os municípios do entorno, principalmente no que concerne a cidade de Paçandu e Sarandi que estão praticamente conurbadas com a cidade polo.

Dentro da análise da aglomeração, é notório que as políticas públicas adotadas pela cidade polo não abarcam integralmente os municípios limítrofes apontados anteriormente. Apesar do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá ser um instrumento urbanístico que busca orientar o planejamento e a gestão da região de forma integrada, o mesmo baliza aspectos de uso do solo, mobilidade e meio ambiente, evidenciando assim que as políticas de geração de emprego, renda e outros aspectos como a habitação ficam a margem das políticas que são praticadas por Maringá. Essa realidade fica tão evidente, que áreas com distorções funcionais ou segregadas não estão presentes na mesma.



Figura 01 – Localização do Município de Paiçandu-PR.





Vinculada a essa realidade de segregação socioespacial, alguns autores evidenciam que o processo de produção capitalista fomenta contradições na política urbana, pois o Estado permite que a classe detentora do capital organize os espaços de acordo com os seus interesses. O autor evidencia que a lógica da segregação social e espacial se apresenta em três níveis: a) nas políticas de habitação; b) nos equipamentos coletivos e de transporte; c) na organização das cidades (Lojkine, 1981).

No contexto da dinâmica que tem sido buscada para a região de alta integração em questão. Os três níveis estão intimamente relacionados pois, é fundamental destacar que o Estado é o agente que direciona de forma decisiva a produção e organização do espaço urbano, regulando as atuações e interesses do capital através de políticas de planejamento, infraestrutura e equipamentos necessários, visando atender as diferentes demandas presentes na cidade. “Quando o Estado se torna um aliado, um elemento ativo no curso da economia, esse mecanismo torna-se então ainda mais frequente” e abrangente a toda a sociedade (Santos, 2010. p.28).

Todavia, essa atuação tende a situar-se entre posições por vezes antagônicas: por um lado atender a interesses específicos do capital privado, e por outro direcionar políticas públicas de superação da pobreza, tendo como objetivo a melhoria na qualidade de vida para a massa de população menos privilegiada.

Dentro desta conjuntura, Harvey (2004), salienta a necessidade de que “Compreendamos melhor que lutas entre classes e interlugares com muita frequência se interpenetram, e que o capitalismo pode muitas vezes conter a luta de classes por meio de uma estratégia de dividir para governar aplicada a essa luta” (HARVEY, 2004, p.85).

Na verdade, o que se depreende da atuação política é a manipulação da mesma pelo sistema econômico, convertendo empresas em agentes políticos e o Estado, inoperante na economia, se faz ineficiente na política.

Logo, os desafios de planejamento e gestão do espaço, neste momento, estão pautados na relação entre Estado e capital privado, o que acaba por colocar em discussão o papel de ambos em aspectos geopolíticos, socioeconômicos e culturais, principalmente vinculadas a uma camada da sociedade invisibilizada pelo capital.

Importante se faz compreender a dialética existente entre a cidade oficial e *ideal versus* a cidade espontânea e *real*, esta como reflexo da realidade construída a partir das relações sociais daqueles desprovidos de capital como é o caso da Ocupação Dom Hélder Câmara na cidade como Paiçandu - PR. É nesse contexto que vem sendo idealizada e concretizada, cada vez mais, o *status quo* do planejamento e da cidade de Maringá em detrimento da ordenação



em muitas situações, precarizada do espaço nas áreas urbanas de Paiçandu e Sarandi, principalmente por acolher o contingente populacional segregado por políticas de uso do solo e interesses do capital imobiliário atuante na cidade polo.

Metodologia

Ao lançarmos esforços para estruturar essa discussão, destacamos que este estudo está pautado no método do materialismo-histórico-dialético, com o objetivo de compreender símbolos e significados atribuídos ao direito à cidade, e assim, interpretar relações entre o meio, o indivíduo e ambiente construído. E com esse propósito, a pesquisa considerou um fragmento do espaço urbano de Paiçandu, mais precisamente a Ocupação Dom Hélder Câmara no Residencial Golden Vile, uma obra inacabada que há anos estava abandonada.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente realizou-se uma fundamentação teórica com o intuito de fomentar reflexões sobre a realidade investigada atrelado ao direito à cidade. Posteriormente foi feita entrevista com a liderança do movimento.

A entrevista com o líder do movimento possibilitou compreender e refletir sobre como se deu o processo de ocupação e a força política perante as reivindicações junto ao Estado para o reconhecimento e regularização dela. O diálogo também possibilitou compreender a estrutura que está posta e os avanços conquistados após um ano e dez meses já passados, considerando a luta que ainda se faz necessária frente a busca da regularização habitacional dessa ocupação.

A visita ao local viabilizou os registros fotográficos e as percepções da realidade junto aos moradores que hoje ocupam o edifício. Para a espacialização do recorte em questão, lançou-se mão da identificação e mapeamento da área através do software ArqGiz 10.5.

Vindo de encontro à metodologia implementada, consideramos que é dentro deste contexto de transformações urbanas que determinados espaços apresentam aumento de significativas concentrações não só de pessoas, mas também de símbolos e significados procedentes de políticas socioterritoriais desenvolvidas pelo Estado ou ausência delas, o que pode acentuar movimentos de luta por parcela da população que está invisível para uma considerável porção da sociedade.



Referencial Teórico

A Questão Habitacional no Brasil: Desafios e Perspectivas

O Brasil enfrenta uma série de desafios significativos quando se trata do acesso à moradia adequada para sua população. A situação é complexa e multifacetada, refletindo não apenas questões econômicas, mas também políticas, sociais e culturais.

A questão habitacional é um dos desafios mais urgentes e complexos enfrentados pelo país. Segundo dados do IBGE, milhões de brasileiros vivem em condições precárias de moradia, enfrentando problemas como falta de acesso à moradia digna, saneamento básico, infraestrutura adequada.

Conforme salientado por Maricato (2000), a história da urbanização brasileira é marcada pela desigualdade e pela exclusão social, resultando em condições precárias de moradia para milhões de brasileiros. A urbanização acelerada e desordenada levou à formação de favelas e assentamentos informais em áreas urbanas, onde as condições de vida são muitas vezes inadequadas e insalubres.

Uma das principais razões para essa situação é a desigualdade socioeconômica, que limita o acesso das camadas mais pobres da sociedade ao mercado imobiliário formal. Como ressalta a autora, o modelo de urbanização adotado no Brasil ao longo do século XX foi marcado pela segregação socioespacial e pela especulação imobiliária, resultando em uma distribuição desigual de terras e moradias.

De acordo com Santos (2010), a habitação adequada é um direito humano fundamental, essencial para o bem-estar e a dignidade das pessoas. A falta de acesso à moradia digna é um reflexo da desigualdade socioeconômica que permeia a sociedade brasileira. Como observado pelo autor, a concentração de renda e de terras no Brasil contribui para a exclusão de grande parte da população do mercado imobiliário formal, dificultando o acesso a habitações seguras e adequadas.

Essa realidade é evidenciada em 2022, pelo déficit habitacional² do Brasil que totalizou 6.215.313 de domicílios, o que representa 8,3% do total de habitações ocupadas no país. Em

² O déficit habitacional é um conceito que dá sustentação aos indicadores que buscam estimar a necessidade de substituição ou mesmo construção de habitações devido à grande precariedade de determinadas habitações (domicílios improvisados, rústicos), ao ônus excessivo com aluguel e à existência de coabitação (famílias habitando cômodos e unidades domésticas conviventes). Em última análise, esses indicadores têm o papel de



termos absolutos, na comparação com 2019 (5.964.993), houve um aumento de cerca de 4,2% no total de domicílios déficit. São 1.682.654 habitações precárias; 1.289.879 coabitações e 3.242.780 de ônus excessivo com aluguel segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) (Tamietti, 2024)

Além disso, a falta de políticas habitacionais adequadas e eficazes agrava ainda mais o problema. Conforme apontado por Araújo (2015), as políticas habitacionais no Brasil muitas vezes privilegiam programas de financiamento para aquisição da casa própria, deixando de lado ações voltadas para o desenvolvimento de habitações populares e o enfrentamento das demandas das camadas mais pobres da população.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem integrada e inclusiva para enfrentar a questão habitacional no país. Como destacado por Rolnik (2018), é fundamental adotar políticas que promovam o acesso universal à moradia digna, levando em consideração as especificidades e necessidades das diferentes comunidades, realidades do país e grupos sociais.

Portanto, é imprescindível que o governo, em conjunto com a sociedade civil, desenvolva e implemente políticas habitacionais que garantam o direito à moradia adequada para todos os brasileiros. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Outro desafio importante é a falta de infraestrutura básica nas áreas de ocupação irregular, como fornecimento de água potável, saneamento básico e serviços de saúde. Essa falta de infraestrutura contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão social, dificultando a melhoria das condições de vida dessas comunidades.

Diante desses desafios, é fundamental que o governo brasileiro adote uma abordagem mais integrada e inclusiva para enfrentar a questão da moradia no país. Isso inclui não apenas a implementação de políticas habitacionais eficazes, mas também o fortalecimento da infraestrutura urbana e o desenvolvimento de programas de inclusão social.

Somente através de um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e setor privado será possível superar os desafios de acesso à moradia no Brasil e garantir que todos os brasileiros tenham o direito fundamental à moradia digna, segura e serem reconhecidos como verdadeiros cidadãos



Resultados e discussão

Considerando o processo de expansão da cidade de Paiçandu - Paraná, as ocupações urbanas emergem não apenas como manifestações de necessidade de moradia, mas como expressões profundas da reivindicação do direito à cidade. Como afirmou Lefebvre (2001), o direito à cidade vai além do acesso físico aos espaços urbanos, engloba a capacidade das pessoas de participar ativamente na criação e transformação de seus ambientes urbanos.

O direito à cidade e consequentemente à habitação, entra em pauta com o processo de redemocratização no Brasil, pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o reconhecimento do direito à moradia, embora resguardado constitucionalmente, foi efetivamente promulgado como um direito social fundamental por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000 (Brasil, 2000).

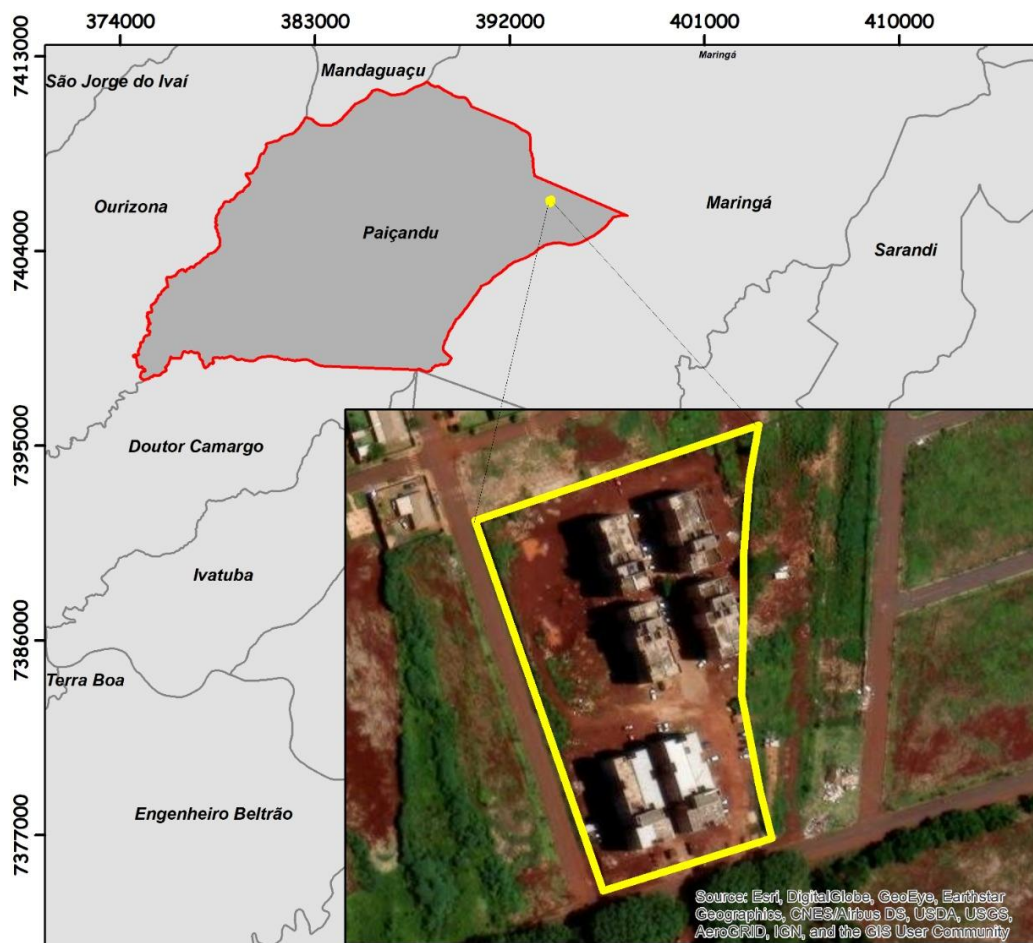
E é nesse contexto, que as ocupações urbanas em Paiçandu representam uma forma de resistência e reivindicação por parte das comunidades marginalizadas. Segundo Harvey (2014), elas desafiam as estruturas de poder estabelecidas, confrontando a lógica do mercado imobiliário e questionando a legitimidade das políticas públicas habitacionais como a Emenda referenciada há pouco.

As ocupações urbanas não são apenas atos de resistência; são também exemplos de fortalecimento e, porque não, empoderamento comunitário. Conforme destacado por Rolnik (2018), nessas comunidades os moradores assumem papéis ativos na gestão e organização dos espaços ocupados, criando redes de solidariedade e colaboração.

É exatamente isso que a ocupação urbana Dom Helder Câmara (Figura 02) deixa evidente na realidade de Paiçandu. Representa uma chamada de atenção para as autoridades da gestão pública e para a sociedade em geral. Como salientado por Caldeira (2000), elas destacam a urgência de abordar questões relacionadas à desigualdade social, à falta de moradia adequada e à exclusão urbana.

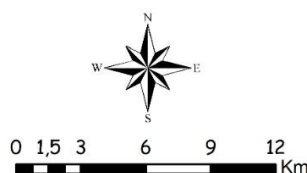
Essas questões evidenciam a necessidade de reconhecer e respeitar o direito à cidade das ocupações em Paiçandu. Isso implica não apenas em garantir o acesso à moradia digna, mas também em promover uma participação efetiva das comunidades nas decisões que afetam suas vidas e seus territórios. Somente assim será possível construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todos tenham o direito não apenas de habitar, mas de serem reconhecidos como verdadeiros cidadãos. Falamos aqui em reconhecimento das ocupações, pois para além da ocupação Dom Helder Câmara, em tela nesse objeto de estudo, outros movimentos estão eclodindo na cidade, mas que para o momento não entrará em pauta.

Figura 02 – Ocupação Dom Helder Câmara na cidade de Paçandu-PR.



Legenda

-  Ocupação Dom Helder Câmara
-  Limite Municipal
-  Municípios Limítrofes



Projeção Universal Transversa de Mercator
Datum Vertical: Marégrafo de Imbituva - SC
Datum Horizontal: SIRGAS 2000



Concepção: VERCEZI, J. T. (2024)
Elaboração: LOHMANN, M. (2024)

Em cinco de janeiro do ano de dois mil e vinte e três a o movimento da FNL (Frente Nacional de Luta Campo e cidade³) realizou a ocupação do conjunto de prédios abandonados na cidade de Paçandu. A FNL é reconhecida como uma entidade proeminente nessas batalhas sociais, mobilizando-se para assegurar condições dignas de habitação para famílias de baixa renda, destacando-se por seu engajamento e esforços em prol das comunidades vulneráveis (Martins *et al*, 2024). Cabe sinalizar aqui que, segundo o líder da ocupação, Sr Carlos Alexandre Ferreira, dois dias

³ A Frente Nacional de Luta Campo e Cidade - FNL, um movimento social ativo em diversos estados do Brasil, que desempenha um papel significativo nas lutas por direitos à moradia e à terra.



após a ocupação em sete de fevereiro de dois mil e vinte e três os integrantes da ocupação se desvincularam da FNL, por discordâncias políticas sobre quem poderia integrar a ocupação, que excluía migrantes estrangeiros.

Ao resgatar a história inicial, a Ocupação Dom Helder Câmara teve suas origens dentro do contexto da pandemia da Covid19, quando várias pessoas perderam seus empregos e foram despejadas de suas casas em que moravam de aluguel na cidade de Paçandu. Sem condições de sobrevivência, foram para uma ocupação rural no Pontal do Paranapanema. Lá fizeram relatos da realidade que tinham na cidade onde viviam e que culminou na referência ao conjunto de prédios abandonados. Dentro desse contexto, os líderes do movimento passaram a estudar, por aproximadamente quatro meses, essas edificações inacabadas como possibilidades para a ocupação.

Segundo o líder da Ocupação Dom Hélder Câmara, no contexto inicial da ocupação, 80% dos integrantes eram originários de Paçandu e 20% de outros lugares, até mesmo imigrantes.

No mês de outubro do presente ano, momento em que aconteceu o trabalho *in loco* e entrevista com o líder, ele relatou que na ocupação havia duzentas e quarenta e três famílias, com população de um mil e quatrocentas pessoas. Desse contingente, quatrocentos são crianças e cento e oitenta pessoas estão acima de setenta anos.

Na ocupação existem setecentos imigrantes: cento e sessenta são haitianos, quinhentos venezuelanos, colombianos e outras nacionalidades somam quarenta pessoas.

São duzentos e quarenta apartamentos e alguns deles estão ocupados por mais de uma família. Dez apartamentos ficam como reserva técnica para acolher possíveis vítimas de catástrofes ou problemas sociais.

Sobre a edificação: ela estava abandonada há pelo menos dez anos. A obra composta por 6 torres (Figura 03), com 7 pavimentos cada, até o momento da ocupação, pertence a Construtora Cantareira, ligado a família Arruda, do ex-deputado federal Edmar Arruda que abriu falência e está em recuperação judicial desde o ano de 2015. O investimento custou mais de R\$ 20 milhões de reais aos cofres públicos, para ali serem construídos cerca de 500 apartamentos vinculados ao Programa Habitacional Minha Casa Minha vida do governo federal. (AND / A Nova Democracia, 2023)

A construção do condomínio foi iniciada em 2014 para atender ao programa “Minha Casa Minha Vida” (MCMV). Assistido por meio de financiamento junto ao Banco do Brasil, o projeto possuía prazo de entrega previsto para 2016. Posteriormente, esse prazo foi adiado para 2018. Apesar das famílias terem começado a pagar pelos apartamentos em 2012, as obras nunca foram concluídas. [...] Na época em que interrompeu a construção, a construtora alegou que o Banco do Brasil havia atrasado os repasses de recursos do MCMV. O banco, por sua vez, desmentiu a acusação e afirmou que a construtora não estava cumprindo o contrato. (AND / A Nova Democracia, 2023, s/p).

Como resultado, nenhum apartamento foi entregue às famílias dez anos após o início das obras) e o empreendimento que custou milhões de reais ao Estado, não teve a responsabilização, nem da construtora Cantareira nem o Banco do Brasil pelo impasse instalado.

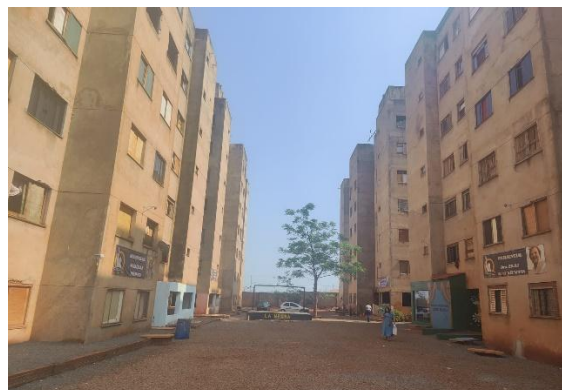
No dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, foi realizada uma visita *in loco*, o que tornou possível constatar erros de engenharia onde: a entrada frontal aos blocos que comprometia a acessibilidade e que, após a ocupação foi necessária a readequação; captação de esgoto irregular, não existindo caixa de gordura, agravada pela não existência da rede coletora de esgoto na região aonde está localizado o Condomínio e, segundo a Sanepar, ainda não tem previsão para tal; um dos blocos (Bloco Dom Jaime) não foi edificado com estrutura hidráulica e nem elétrica, fazendo com que os próprios membros da Ocupação fizessem adequações para viabilizar a utilização do prédio. Os telhados e caixas d'água já havia sido roubados antes dos prédios serem ocupados.

Para além da precariedade das edificações, a luta por dignidade, pela busca da cidadania e pelos direitos básicos pela população da Ocupação, tem esbarrado no descaso do poder público local, que segundo o líder da ocupação, apesar de inúmeras tentativas de visibilidade das demandas, a prefeitura simplesmente tem ignorado, “é como se estivessemos invisíveis para eles”. A questão que mais estava impactando era a coleta do lixo. Foi preciso muitas idas e vindas para que o lixo acumulado fosse recolhido. Outro aspecto considerado é a inação da assistência social que ainda não viabilizou o cadastro dos moradores para que eles tenham direito ao atendimento na estrutura da saúde do município.

Figura 03 – Ocupação Dom Helder Câmara - Imagens das torres



Fonte: banco de dados da AND



Fonte: Autoria própria, 2024

As crianças estão indo para a escola mediante medida protetiva e algumas delas estão tendo que atravessar a cidade para estudar na Escola Estadual Neide Bertasso Beraldo localizada no Jardim Bela Vista, do outro lado da cidade.



A gestão da ocupação tem procurado contornar as dificuldades através de parcerias como, por exemplo, uma empresa de terraplanagem que tem nivelado o terreno e comercializado a terra retirada.

Algumas parcerias foram estabelecidas com as empresas empregadoras como a GT Foods e a Frango Ingá, que têm disponibilizado três linhas de ônibus, pois muitos moradores da ocupação estão trabalhando nas referidas.

Vinculada a essa questão empregatícia, segundo o líder do movimento, atualmente o desemprego na ocupação está em torno de 5 a 6% apenas, considerada por ele como muito baixa.

Outras conquistas foram adquiridas pelo próprio movimento, como luz elétrica, água, internet e as janelas que mês a mês estão sendo instaladas, envolvendo a mão de obra em mutirão.

A gestão da ocupação apresenta uma estrutura piramidal, com o líder geral, tendo cada prédio um coordenador, uma equipe de segurança e a secretaria. Para conseguir um ordenamento das atividades e bem feitorias, foi estipulado um condomínio que é dividido em três taxas no valor de R\$ 60,00 cada uma com as seguintes finalidades: uma para compra de materiais de construção, outra para pagamento de segurança que são feitos por moradores da própria ocupação e pôr fim a taxa destinada a burocracias e gestão.

Aos domingos ocorrem assembleias gerais, onde todos os moradores são convidados a participar (e efetivamente participam) para discutirem questões referentes à ocupação e, caso seja necessário, ocorram novas deliberações. (AND / A Nova Democracia, 2023).

Um diferencial que está auxiliando significativamente o Movimento da Ocupação tem sido o apoio de vários cursos/projetos da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Têm sido

firmados parcerias com diversos cursos da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para construir e gerir projetos na comunidade. Desde uma rede de atendimento psicológico para atender os moradores até o projeto de uma espécie de creche popular, já em andamento, nomeado de “brinquedoteca”, que serviria para cuidar das crianças da ocupação, especialmente aquelas de mães solteiras que não conseguem vagas em creches em período integral para poderem trabalhar. (AND / A Nova Democracia, 2023).

Os projetos estão acolhendo toda a comunidade da Ocupação com ações que vão desde suporte jurídico, arrecadações de vestimentas, suporte à educação das crianças com aulas de reforço vinculado ao CAP/UEM, atendimento veterinário aos animais pertencentes à ocupação, dentre outros.

A brinquedoteca / as aulas de reforço (Figura 04) contam com programação semanal e estão obtendo resultados positivos no sentido de auxiliar as crianças que estudam nas escolas do município.

Figura 04 – Brinquedoteca / sala de reforço da ocupação Dom Helder Câmara



Fonte: Fonte: Autoria própria, 2024

Para além das ações da Universidade, a Diocese de Maringá também tem auxiliado a comunidade em suas necessidades elementares.

Um outro projeto que tem se destacado e feito a diferença para a vida das crianças é a Escola de Circo Caminhos de Turrão (Figura 05), que acontece sempre todos os sábados e é desenvolvido pelo Circo Teatro sem Lona. A Companhia foi fundada em 1999 e tem a vertente de atuação pautada na responsabilidade social cuja atuação mira a filantropia e assistência social.

São projetos que estão trazendo dignidade para os moradores, suplantando inúmeras mazelas que estão sendo vividas pela população da ocupação, como por exemplo o *Bullying* sofrido pelas crianças na escola: são rotuladas e “chamadas de sujas [...] também, olha lá de onde vem” segundo relatado pela liderança. Henri Lefebvre (2001) já sinalizava que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”.

Figura 05 – Escola circense na Ocupação Dom Helder Câmara.



Fonte: *In loco*.
Org: Autoria própria, 2024

Fonte: Graça, Valdete da / Jornal O Maringá
(04/02/2024)

Nas palavras de Caminha (2018, p.2),

as inúmeras transformações pelas quais as cidades passaram em prol da manutenção do capitalismo não trouxeram somente mudanças em sua infraestrutura, mas também no modelo de vida urbano, agora baseado no consumismo. Da mesma forma que a cidade em si, a qualidade de vida para seus habitantes tornou-se uma mercadoria para os que possuem dinheiro.

Esta realidade que se impõe, principalmente nas grandes e médias cidades vem se impondo à espaços urbanos menores, mas que não estão à margem do sistema econômico neoliberal. Um sistema que cerceia e exclui significativa parte de uma sociedade arraigada em padrões de consumo que alimenta a máquina do capital.

Mesmo diante de tantos desafios e incertezas, a comunidade tem seguido fortalecida e confiante de que terão reconhecimento e direito à moradia e à cidade. Na própria organização eles reforçam o sentido de união e pertencimento.

Um exemplo concreto é o calendário de festividades que eles procuram manter. São cinco festas no ano que fazem questão de lembrar: o Dia das Crianças, a data de aniversário da



ocupação, o Carnaval, que é organizado pelo Venezuelanos; o Natal que traz uma complementariedade: particularidades e trocas entre as diferentes culturas, uma vez que a população é composta também por imigrantes de vários países, e ainda, a data de “renascimento” em que trouxe a desvinculação da FNL, trazendo mais autonomia para a população que vive na ocupação.

Na realidade estudada, fica evidente que apesar da ocupação ser relativamente recente, ela evidencia a força da união de seus moradores que estão lutando para superar condições históricas e ideológicas de invisibilidade que insistem em ser reforçada pelo Estado e por boa parte da sociedade que ignora as mazelas de quem não tem onde habitar.

Considerações finais

Com o acirramento dos valores neoliberais no contexto mais recente da sociedade, é na cidade que se evidenciam as maiores contradições do capitalismo. É notório que muitas pessoas não se sentem representadas e tão menos incluídas pelo atual formato de nossa democracia (Caminha, 2018).

Enfatizamos que o direito à cidade não é só estar na cidade, também inclui moldá-la, construí-la e se apropriar de seus espaços pela participação política, para, efetivamente, poder viver a cidade conforme evidencia Henri Lefebvre (2001).

A caracterização e reflexões que este trabalho apresenta, vêm ao encontro das necessidades do reconhecimento dos movimentos sociais urbanos como as ocupações que surgem como sinergia pela luta e reconhecimento das desigualdades existentes na cidade, combatendo as distorções geradas pelo capitalismo.

O que se propõe aqui nesta discussão é instigar o olhar do poder público para realidades daqueles que estão invisíveis para a máquina do Estado e para o, próprio mercado imobiliário, que por vezes, se tornam inoperantes em nome do *status quo* gerado pela/para a acumulação do capital.

Torna-se imprescindível que o poder público local desperte seu olhar para as demandas da Ocupação Dom Helder Câmara, no sentido de dar visibilidade, principalmente nas áreas da assistência social, saúde, educação, saneamento básico, dialogando em prol do atendimento das necessidades mais básicas há muito já evidenciada pela Carta de Atenas de 1931.

São ações que, no mínimo, devem ser consideradas pelas diferentes instituições do poder público local, dialogando e incluindo esta população na cidade de Paiçandu, combatendo o preconceito e fomentando oportunidades de viver em comunidade com inclusão e pertencimento.



A Ocupação Dom Hélder Câmara é um exemplo de resistência e democracia principalmente por acolher um número significativo de imigrantes, tendo em sua comunidade um contingente em torno de mil e quatrocentas pessoas. Um movimento que tem sido exemplo de autogestão e que tem envolvido ações coletivas não só dos que estão vivendo ali, mas também da Universidade, Igreja e instituições que seguem alicerçando os valores da educação e democracia.

As questões e decisões judiciais, que envolvem a Ocupação Dom Helder Câmara, deixam evidente a necessidade de políticas mais inclusivas e sensíveis aos direitos coletivos e à vulnerabilidade dos residentes na solução dos conflitos fundiários urbanos e à habitação.

Para encerrar, evidencia-se que a ação de reintegração de posse movida pela construtora Cantareira se dissocia da pertinência de um imóvel que há anos não cumpre a sua função social da terra, trazendo notoriedade para o seguinte questionamento: como as políticas públicas estão sendo pensadas para que o verdadeiro direito à cidade aconteça?

REFERENCIAS

ARAÚJO, J. (2015). **Políticas habitacionais e as transformações do direito à moradia no Brasil**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia. ABES.

AND / A NOVA DEMOCRACIA. **PR: Ocupação urbana em Paicandu garante moradia a mais de 1,3 mil pessoas** Disponível em <https://anovademocracia.com.br/pr-ocupacao-urbana-em-paicandu-garante-moradia-a-mais-de-13-mil-pessoas/> Acesso out/2024.

_____, **PR: 5 meses depois, ocupação urbana da FNL em Paicandu persiste abrigando milhares de pessoas**. Disponível em <https://anovademocracia.com.br/pr-5-meses-depois-ocupacao-urbana-da-fnl-em-paicandu-persiste-abrigando-milhares-de-pessoas/> Acesso out/2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 26, de 14 de Fevereiro de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm Acesso out/2024.

CALDEIRA, Teresa P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

CAMINHA, Julia Vilela. **Sobre as Ocupações Urbanas e Suas Potencialidades como Comum**. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de



una sociedad post-capitalista Barcelona, 7-12 de mayo de 2018. Disponível em

<https://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/JuliaCaminha.pdf> Acesso em out. 2024.

CARVALHO, Luiz. **Ocupação Dom Hélder Câmara, em prédios construídos com dinheiro público e abandonados, festeja um ano.** Jornal O Maringá: Maringá, 2024. Disponível em

<https://omaringa.com.br/noticias/regiao/ocupacao-dom-helder-camara-em-predios-construidos-com-dinheiro-publico-e-abandonados-festeja-um-ano/> Acesso out/2024.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Boitempo Editorial, 2006.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana.** Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo em Perspectiva,** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARICATO, Ermínia, **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 (5ª Ed.).

MARTINS et al. **A conquista do direito à moradia: um estudo da Ocupação Dom Hélder Câmara.** v. 5 n. 1 (2024): Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental, 2024. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/3566> Acesso out/2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** Boitempo Editorial, 2019.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Editora Record. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras.** Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. **Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: territórios e “lugares” do Movimento dos Sem-Teto.** In: Ativismos sociais e espaços urbanos. Cidades: Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 6, n. 9. Presidente Prudente: Ed. Expressão Popular, 2009. p. 29-65.

TAMIETI, Gabriel. **Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios.**

Fundação João Pinheiro. Disponível em <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/> Acesso out./2024